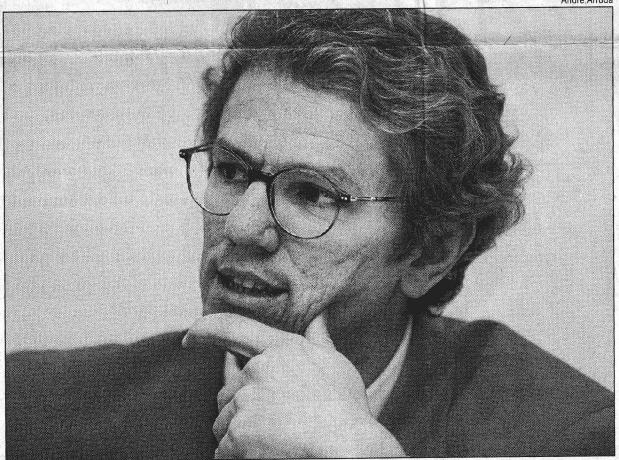
'O ajuste não é uma questão técnica, mas política'

Paulo Nogueira acha que o país pode ter que fazer uma mididesvalorização no início do próximo ano

Cristina Alves e Léa Cristina

- O economista Paulo Nogueira Batista Junior, 43 anos, professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, faz questão de dizer que não fala como economista do PT, embora muitos insistam em classificá-lo dessa maneira. Ele não é filiado ao partido, mas confirma ter votado em Lula para presidente. Ao contrário dos economistas-consultores que proliferam no país e costumam ter sempre fórmulas prontas, Paulo Nogueira prefere levar seu interlocutor a pensar nos dilemas que o país enfrenta hoje. A seguir, os principais trechos de sua entre-
- AJUSTE FISCAL: "Como fazer um ajuste de 3% do PIB com a economia entrando em recessão? O ajuste não é técnico, é político. É preciso saber quem vai pagar o ônus desse ajuste. Corre-se o risco de que o Brasil seja levado a adotar, como vem fazendo, medidas que agravem a já gravíssima concentração de renda. Quem paga tributos no país é basicamente a população de baixa renda e a classe média. Então: vamos aumentar impostos com o sistema tributário regressivo que temos aí? Como esse Governo enfrentará a questão dos subsídios e incentivos que beneficiam as oligarquias regionais?"
- ERROS DO PASSADO: "Desde o início do Real, o Governo permitiu que se mantivessem desequilíbrios muito grandes: sobrevalorização da moeda, abertura pouco criteriosa às importações, abertura da conta de capitais, descaso com as exportações e falta de rigor nas



PAULO NOGUEIRA: "Desde o início do Real, o Governo permitiu que se mantivessem desequilíbrios muito grandes"

contas públicas. Qualquer saída agora será mais dolorosa."

- CORREÇÕES DE RUMO: "Desde 1997, o Governo reconheceu a supervalorização do câmbio, introduziu algum apoio às exportações, restrições às importações, mas a abordagem geral é a mesma. É preciso mudar o modelo econômico. Mas não acho que isso será feito por esse Governo."
- CÂMBIO: "Uma opção seria desvalorização gradativa em relação

ao dólar, de 7% ou um pouco mais por ano. Conta a favor o fato de que a economia brasileira entra agora em fase recessiva e está com inflação em queda, o que aumenta a desvalorização real. Além disso, se o dólar continuar caindo em relação às moedas européias e ao iene, o real cai junto. Talvez seja necessária uma correção mais acentuada, uma mididesvalorização de 10% a 15% no início de 99."

• PACOTE DO FMI: "Atualmente, a parte menos discutida aqui, e

mais problemática, é o envolvimento dos credores privados no pacote. É um tema que tem sido pouco debatido no Brasil, mas que está sendo intensamente discutido nos países desenvolvidos. Depois do México, em 95; da Indonésia; da Coréia; da Tailândia e da Rússia, cresce a avaliação de que o dinheiro dos contribuintes europeus, americanos e japoneses é usado indevidamente para socorrer países mal administrados e investidores que fizeram apostas arriscadas. É uma socialização de prejuízos que

vem sendo criticada lá fora."

- MORATÓRIA: "Já se discute a possibilidade de moratória dos países em desenvolvimento que estão em crise. Mesmo que o Brasil tente repetir a experiência mexicana de 95, onde não houve interrupcão de pagamentos, casos como o do Coréia, da Indonésia, da Malásia e, principalmente, da Rússia, que declarou moratória unilateral, modificaram o cenário. Não quero prever que o Brasil vai suspender pagamentos. Mas é sabido que os credores estão discutindo o envolvimento do setor privado em pacotes, e fórmulas como suspensão negociada de pagamentos, reestruturação de dívida e emissões especiais com garantia parcial de fontes oficiais."
- RESTRIÇÕES: "Tínhamos que ter mais austeridade em matéria de importação de bens e serviços. Aumentar barreiras tarifárias e nãotarifárias às importações. O Mercosul pode elevar tarifas substancialmente sem infringir compromissos assumidos na OMC."
- FALTA DE LIDERANÇAS: "O país não pode ficar à espera de uma grande solução internacional. De onde viria liderança para isso? O Japão está afundado na própria crise. A Alemanha está absorvida pela criação do euro a partir de janeiro. Os EUA têm o presidente ameacado de impeachment. Haverá um pacote para o Brasil, mas não será a salvação da lavoura. A negociação será difícil, cheia de percalços e interferências externas. E a experiência de outros países mostra que esses pacotes nem sempre são bem-sucedidos."

O VOCABULÁRIO DA CRISE

- LEI KANDIR: Acabou com a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações.
- LEI CAMATA: Fixa em 60% o limite de comprometimento da receita dos estados com os salários do funcionalismo público. Poucos estados da União estão conseguindo cumprir esta exigência.
- AJUSTE FISCAL: É um conjunto de medidas que o Governo adota com o objetivo de equilibrar as receitas e as despesas do setor público. De preferência, cortando gastos. O ajuste fiscal é considerado neste momento fundamental para o país sanear suas contas e reconquistar a confiança dos mercados externos.
- SUPERÁVIT ORÇAMENTÁ-RIO: Quando, na execução do orçamento, as receitas superam as despesas.
- DÍVIDA MOBILIÁRIA: É a dívida em papéis do Governo no mercado financeiro, que inclui títulos emitidos pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional. Hoje, já supera os R\$ 300 bilhões.
- DÉFICIT PÚBLICO: É quando o total de despesas do Governo é maior do que a arrecadação.
- ROLAGEM DE DÍVIDA: Acordo entre o Governo federal e os estados para a renegociação dos débitos com prazos de até 30 anos para o pagamento.